(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: CRIME ORGANIZADO

## Ministério da Justiça mapeia PCC, CV e mais 70 facções nos presídios

\_\_\_\_ Governo admite em relatório sigiloso que o Estado não controla ações nas cadeias e organizações paulista e carioca já atuam em praticamente todo o País; especialistas falam em 'escritórios do crime'

## PAULA FERREIRA

Mapeamento sigiloso feito pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública e obtido pelo Estadão mostra que há pelo menos 72 facções criminosas nas prisões brasileiras. A análise leva em consideração informações enviadas pelas agências de inteligência penitenciária dos 26 Estados e do Distrito Federal, O relatório revela o alcance dos rivais Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), presentes em quase todos os Estados, e a pulverização de grupos locais - uma rede de alianças e tensões que frequentemente resulta em rebeliões.

Para especialistas, as cadeias são "escritórios do crime", de onde líderes traçam planos e enviam ordens para as ruas. E, com o controle falho pelo poder público e em condição precária, são espaços para cooptar novos integrantes, que entram como detentos comuns e viram parte do exército da facção. "Um ambiente superlotado, sem controle dos procedimentos, com forte presença de celulares, ou seja, em desordem e em que o Estado não controla as ações, propicia espontaneamente o surgimento dessas Orcrims (organizações criminosas) dentro do sistema penal", admite um trecho do relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

A análise identifica desde facções locais, com articulação restrita a bairros, distritos ou região metropolitana; aos dois grupos nacionais, com incidência em todo o território e nos países vizinhos.

O PCC atua em presídios de ao menos 23 Estados. Conforme a análise, cerca de 70% dos detentos de São Paulo estão vinculados ao PCC. Já o Comando Vermelho aparece em ao menos 20 Estados e também domina 70% dos integrantes de facções no Rio.

O trabalhou envolveu 141 relatórios das agências estaduais de inteligência com base em triagem feita pelos policiais, segundo protocolos mantidos em sigilo. São consideradas como de alto impacto no sistema penitenciário 21 facções. "Os presos passam a se autogovernar nos presídios. O fenômeno das facções e o modelo de negócio do PCC, que até 1990 era mais restrito a Rio e São Paulo, começa ase espalhar pelo Brasil porque é um modelo bem-sucedido", diz Bruno Paes Manso, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o País tem 683 mil detentos nas prisões, em celas estaduais e nas cinco unidades mantidas pela União. O relatório, prossegue o pesquisador, ajuda a nortear ações e evitar rebeliões, "O mais importante de ter conhecimento da existência dos grupos organizados é trabalhar isso sob o ponto de vista de segurança e inteligência: separar adequadamente (os presos), fazer classificação penal como tem de ser feita?

AÇÕES. Também há um balanço sobre as ações mais cometidas pelas facções: atentados contra o patrimônio (33%) ou contra servidores (17%); resgate de detentos em presídios (9%); motins (5%); e resgate de presos em escoltas (4%). As

## Soluções propostas

Relatório sugere cinco medidas para reduzir força das facções, começando por ampliar o sistema

ocorrências, porém, não são detalhadas. Rafael Velasco chefava a Senappen quando o relatório foi produzido, em 2023. "As inteligências dos sistemas penitenciários eram desarticuladas, pequenas ilhas que funcionavam para dentro. O que fizemos foi disseminar metodologia, uma rede de comunicação para trocar informações entre os Estados e entender que as facções funcionam em rede", disse ao Estadão.

Agora membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Velasco defende a ressocialização de detentos, com oferta de profissionalização dentro do presidio, para afastá-los das organizações. "As fações são um grande câncer no sistema. Não falar, não estudar e não tratar objetivamente esse tipo de organização criminosa dentro do sis- ③

